



## DO CONFLITO À GUERRA SIMBÓLICA: O DIA 8 DE AGOSTO DE 1990 EM PORTO ALEGRE E SUA REPRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

Marcos Antonio dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo analisa a revista *Veja* do dia 15 de agosto de 1990, busca-se compreender a construção social que a revista faz do “conflito da Praça da Matriz”. Neste sentido, será realizada uma análise de conteúdo via perspectiva da Teoria das Representações Sociais. O referencial metodológico empregado na análise e interpretação baseia-se no sugerido por John B. Thompson, denominado por ele de *hermenêutica de profundidade*. Este referencial evidencia o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação.

**Palavras-chave:** Representações Sociais. MST. Ideologia.

### 1. Introdução

No dia 8 de agosto de 1990, às 06h00, oito ônibus estacionaram em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, desembarcando 400 colonos *sem terra*<sup>3</sup>, que se organizaram na Praça da Matriz, montando aí mais um de seus acampamentos de protesto. Esta praça, onde se erguem as sedes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Eclesiástico do Rio Grande do Sul, poucas horas depois, tornou-se cenário de uma verdadeira batalha campal entre os *sem terras* do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e soldados da Brigada Militar (nome da PM gaúcha).

O tumulto espalhou-se pelas ruas do centro da capital gaúcha. Alguns colonos saíram feridos à bala na perna, a colona Elenir Nunes levou um tiro no abdômen e o policial

---

<sup>1</sup> Este artigo foi proposto como requisito da disciplina de História do Rio Grande do Sul IV do curso de História da FAPA, com algumas alterações para a publicação.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Faculdade Porto-Alegrense – FAPA (2011). Graduando em Teologia pelo Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Professor na Escola Fundamental La Salle Sapucaia do Sul. E-mail: <h.marcossantos@gmail.com>.

<sup>3</sup> No Brasil, a luta pela terra e, mais recentemente, a atuação do MST acabou criando na língua portuguesa o vocábulo “sem-terra”, com hífen, e com o uso do s na flexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. Entretanto, o MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio – *Sem Terra* – que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. (CALDART, 2004). Neste artigo, usaremos sempre a denominação *Sem Terra*. O conceito só aparecerá com hífen e/ou s quando estivermos utilizando citações diretas.

Valdeci de Abreu Lopes levou um corte no pescoço e morreu. O episódio ficou conhecido como o “conflito da Praça da Matriz”, e é de acordo com Lerrer:

[...] um capítulo extraordinário da luta pela reforma agrária no Brasil, pois promoveu uma ruptura no cotidiano de Porto Alegre, cujos cidadãos assistiram ou participaram de momentos referentes ao conflito e foram receptores de discursos dos meios de comunicação de massa, cujas informações dominaram o presente daquele fatídico dia 8 de agosto (LERRER, 2005, p. 15-16).

Procuro com este artigo identificar e analisar as *representações sociais* elaboradas e difundidas pela revista semanal *Veja* do dia 15 de agosto de 1990, buscando compreender a construção social que a revista faz do “conflito da Praça da Matriz”.

De acordo com Lerrer (2005), uma luta que vinha se desenrolando quase que despercebida no interior do Estado do Rio Grande do Sul irrompera no centro da capital gaúcha com a força dos eventos traumáticos, produzindo comoção coletiva. Todavia, ao contrário de outros momentos em que os *sem terras* foram vítimas da violência policial, a morte do soldado criou uma oportunidade singular para analisar um processo de construção social de sentido vinculado à questão da distribuição da propriedade da terra no Brasil, cuja concentração fundiária representa um entrave para a consolidação da cidadania no país.

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer dois conceitos fundamentais em nossa análise: o primeiro é o de *ideologia*, que entendo a partir da definição de John B. Thompson (2009, p. 43-99). O autor entende a ideologia a partir de duas dimensões: a primeira é a dimensão negativa de ideologia, isto é, ideologia é entendida como tendo uma função de mistificar, ocultar a realidade, manipular as pessoas; a segunda assume ideologia como possuindo uma função dinâmica, prática e não como algo estático. Na sua formulação, ideologia é o uso de formas simbólicas para criar, ou reproduzir, relações de dominação, isto é, desiguais, injustas, assimétricas<sup>4</sup>. Por *formas simbólicas* entenda-se um “amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 2009, p. 79).

O segundo conceito é o de *representações sociais* que como lembra Guareschi, “são poucos os que se arriscam conceituar Representações Sociais, apesar de muitos falarem sobre elas” (GUARESCHI, 2000a, p. 71).

Cada trabalho traz uma pequena contribuição na sua delimitação e possível aprofundamento conceitual. A *Teoria das Representações Sociais* iniciou na França na década de 1960, com Serge Moscovici, a partir de um estudo de Psicologia Social<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> *Dominação*, em Thompson é uma relação, isto é, sempre se dá entre dois ou mais sujeitos, e acontece quando há uma expropriação de poder, ou seja, quando um retira, de maneira assimétrica ou injusta, um poder de outro. (THOMPSON, 2009).

<sup>5</sup> MOSCOVICI, Serge. *La Psychanalyse: son image et son public*. Paris: PUF, 1961. Edição brasileira: MOSCOVICI, Serge. *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

As representações sociais são, de acordo com Moscovici, “formas de saber social que compreendem duas faces, tão interligadas como os dois lados de uma folha de papel: o lado figurativo, e o lado simbólico” (*Apud JOVCHELOVITCH*, 2000, p. 75). De acordo com o autor, “[...] o indivíduo sofre a coação das representações dominantes na sociedade, e é em seu quadro que ele pensa ou exprime seus sentimentos” (*MOSCOVICI apud DESCHAMPS; MOLINER*, 2009, p. 101).

## 2. O fenômeno das representações

O conceito de *representação* surge a partir dos estudos de Émile Durkheim no início do século XX. Para Durkheim (*Apud MOSCOVICI*, 2007), a representação constitui formas de interação social construídas pelos indivíduos com o objetivo de manter a coesão do grupo e suas propostas para o mundo. Tais representações são expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, as quais constroem uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas que os fazem vivenciá-las nos seus cotidianos. Entretanto, como nos mostra Duveen:

[...] O esforço para estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma levou Durkheim a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas e a sugerir que as primeiras deveriam ser o campo da psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da sociologia [...] (*DUVEEN*, 2007, p. 13).

Para Moscovici, a sociologia de Durkheim via as representações como um conceito estanque, inacessível a qualquer análise posterior, não sendo necessário desvelar sua estrutura ou empregar maiores preocupações com o estudo de sua dinâmica interna.

[...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (*MOSCOVICI*, 2007, p. 49).

Enquanto Durkheim trata as representações coletivas como conceito, Moscovici as entende como fenômenos socialmente relacionados à construção do conhecimento no campo do senso comum.

De acordo com Moscovici, as representações sociais se originam dos encontros das pessoas nos diferentes espaços nos quais transitam diariamente. Em lugares onde os indivíduos discutem os mais variados assuntos, analisam situações, propõem alternativas. Essa dinâmica possibilita a criação de verdadeiras “filosofias’ espontâneas” (*MOSCOVICI*, 2007, p. 45) que interferem diretamente no cotidiano das pessoas. A matéria-prima dessa interatividade engloba desde fatos corriqueiros locais até acontecimentos de alcance midiático global presente no espaço da relação social dos indivíduos.

É neste sentido, que Moscovici aponta que “[...] o objeto central e exclusivo da psicologia social deve ser o estudo de tudo o que se refira à *ideologia* e à *comunicação*, do ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função” (MOSCOVICI, 2007, p. 154).

Portanto, grosso modo, podemos compreender as representações sociais como *um conjunto de crenças, conhecimentos e opiniões que são produzidas e partilhadas pelos indivíduos de um mesmo grupo, em relação a um determinado objeto social*.

Segundo Moscovici, a elaboração de uma representação social se baseia na utilização de dois processos cognitivos essenciais: a ancoragem e a objetivação. A *ancoragem* é o processo pelo qual os indivíduos escolhem um quadro de referência comum que lhes permita apreender o objeto social. Geralmente, este quadro de referência corresponde a um domínio familiar. Por exemplo, para abordar o “conflito da Praça da Matriz”, a revista *Veja* irá compará-lo com “[...] Beirute, a cidade sangrada pela guerra civil que consome o Líbano” (VEJA, edição 1143, p. 35, 15 ago. 1990). Este procedimento permite, por conseguinte transferir, na representação, modos de raciocinar e conhecimentos, por outro lado, controlados. Mas também permite orientar a utilidade da representação. Assim, a escolha de um ponto de ancoragem permite inserir uma representação num conjunto de conhecimentos e de valores preexistentes.

A *objetivação* é o processo que os indivíduos vão utilizar para tentar reduzir a distância entre o conhecimento do objeto social que eles constroem e a percepção que eles têm deste objeto. Trata-se de transformar a crença ou opinião em informação; trata-se de vincular a crença ou opinião a imagens concretas. Por exemplo, é frequente ouvir de pessoas que só conhecem o MST através das informações difundidas pela mídia, que o mesmo é um movimento de “baderneiros”<sup>6</sup>, “criadores de problemas”, caracterizado como um grupo “extremamente violento”. Por este procedimento, a crença perde seu estatuto especulativo para entrar no real (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

Em relação ao episódio ocorrido em Porto Alegre, a revista *Veja* afirma: “[...] O que essas cenas ilustram, no entanto, são momentos de selvageria e radicalismo que culminam na produção de um crime. Nesse campo, a tragédia das foices de Porto Alegre constitui-se num espetáculo exemplar” (VEJA, edição 1143, p. 35, 15 ago. 1990).

De acordo com Jovchelovitch, “o estudo das representações sociais tem se utilizado frequentemente da investigação do conteúdo da mídia” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 218). A mesma autora aponta as necessidades de se estudar, por intermédio das representações sociais, o conteúdo da mídia:

[...] é uma necessidade absoluta investigar a mídia. Tal necessidade se

---

<sup>6</sup> Como bem disse Paulo Freire: “Pode haver baderneiros entre os sem-terra, [...] mas sua luta é legítima e ética. ‘Baderneira’ é a resistência reacionária de quem se opõe a ferro e fogo à reforma agrária. A imoralidade e a desordem estão na manutenção de uma ‘ordem’ injusta”. (FREIRE, 2008, p. 71).

justifica pela extensão com que a mídia está relacionada, gera e transforma o sistema social e seus processos em sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação são uma mediação que oferece ao sujeito individual uma perspectiva que não pode ser apreendida dentro dos limites de sua experiência pessoal imediata. A mídia conecta e liga vidas individuais ao construir uma cadeia de códigos compartilhados e reconhecidos que são constitutivos tanto das representações sociais quanto da esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 218).

Neste sentido, cabe investigar o nível das representações sociais elaboradas e difundidas pela mídia, em razão da inviabilidade destas representações serem objetivas e imparciais. Deste modo, essa inviabilidade transforma o real, dando a este uma representação parcial ou invertida, ou seja, uma representação ideológica. A linguagem jornalística, no caso de nosso estudo, gera sentidos que tem a função de *indiciar* e *representar* a realidade em maior ou menor grau, além de promover a construção de determinadas crenças e ideias sobre o mundo, bem como a edificação de valores. Pois, em contextos sociais assimétricos, “os indivíduos elaboram universos representacionais conformes à posição de dominantes ou de dominados que eles ocupam [...]” (TAFANI; BELON *Apud* DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 117).

A metodologia empregada na análise da revista baseia-se na sugerida por John B. Thompson, denominada por ele de *hermenêutica de profundidade* (THOMPSON, 2009, p. 355). Esta metodologia evidencia o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação.

Thompson nos lembra, que “o estudo das formas simbólicas é fundamentalmente e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação” (THOMPSON, 2009, p. 357). Ele distingue dois níveis de análise na compreensão e interpretação dos fatos sociais, e especificamente das formas simbólicas. Um primeiro nível é o da hermenêutica da vida cotidiana, que consiste numa descrição etnográfica ou fenomenológica dos fatos. É o esforço de compreender as situações sociais em que as pessoas se encontram e as compreensões e interpretações que elas dão aos fenômenos.

Já a hermenêutica de profundidade propõe-se a investigar e interpretar os fatos e as formas simbólicas num nível mais profundo. Ela se compõe de três fases. A primeira, a análise sociohistórica, investiga o fenômeno na dimensão espaço-temporal, nas suas interrelações com atores que carregam consigo determinados recursos e capital simbólico, como ele se relaciona com as instituições sociais, quais suas limitações devido a determinadas estruturas sociais, e finalmente por que meio de transmissão ele se apresenta. Em resumo, essa primeira fase procura ver a relação do fato com o contexto mais amplo.

A segunda fase, chamada de análise formal ou discursiva, investiga o fenômeno em si mesmo. Coloca entre parênteses, para fins metodológicos, o contexto maior e fixa-se nas suas formas internas. Colocam-se aqui as inúmeras análises de discurso, além de outras,

como a análise semiótica, sintática, análise da conversação, análise argumentativa, análise narrativa, etc. Como o autor mesmo assinala, “para poder levar em consideração a contextualização social das formas simbólicas e suas características estruturais internas, devemos empregar outros métodos de análise” (THOMPSON, 2009, p. 356). Em nosso estudo, nos utilizaremos da *análise de conteúdo*.

Por fim, chegamos à terceira fase, mais importante e complexa, é a fase de interpretação e re-interpretação. É aqui que se tomam os fatos, as formas simbólicas, e se tenta interpretá-las de acordo com os referenciais teóricos em questão. Esse passo caminha numa direção de síntese e é um espaço de elaboração do investigador. É importante salientar, que toda interpretação é aberta e conflitiva, sujeita a outras interpretações, pois “todo ponto de vista é a vista de um ponto” (BOFF, 2004, p. 9).

Pode-se observar a natureza interdisciplinar de nossa análise, como orienta Burke, “[...] seria aconselhável que os historiadores aprendessem a linguagem – ou melhor, as linguagens – da teoria social” (BURKE, 2002, p. 69).

Também é importante salientar, que nossa perspectiva de escrita da História se caracteriza a partir de uma “história vista de baixo” (SHARPE, 1992, p. 42).

### **3. O problema agrário brasileiro**

Como ressaltou Görgen, “[...] herdamos do latim a palavra latifúndio que significa grande área de terra. Herdamos do império português a estrutura latifundiária no campo brasileiro e dela, até hoje, não nos livramos” (GÖRGEN, 2004, p. 45).

O latifúndio brasileiro continua sendo a grande causa estrutural da maioria dos nossos problemas sociais.

No decorrer do século XX, políticas de redistribuição fundiária foram adotadas em vários países. Contudo, ao final da década de 1980, um conjunto de elementos veio frear estas ações e diminuir o peso da reforma agrária na pauta dos debates em torno da promoção do desenvolvimento. De acordo com Carter:

[...] a crescente urbanização no Terceiro Mundo, o aumento da produção agrícola com a introdução de tecnologias modernas, a queda do comunismo, a ascensão do neoliberalismo e a expansão dos conglomerados do *agribusiness* global contribuíram para a formação desse novo clima de opinião com respeito à redistribuição fundiária (CARTER, 2010, p. 37).

Nesse contexto, começou a se desenvolver no Brasil uma forte resistência a tal modelo de desenvolvimento. Ainda na década de 1980 surgiram diversas mobilizações populares pressionando o Estado brasileiro a promover a reforma agrária, criando no processo um dos movimentos sociais mais duradouros da história: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A partir da década de 1990, o Banco Mundial (BM) começou a promover uma ofensiva cada vez mais intensa e articulada no sentido de estimular a criação, pelos governos nacionais, de políticas agrárias ajustadas aos parâmetros neoliberais<sup>7</sup>, especialmente na América Latina, na Ásia e no antigo bloco socialista (PEREIRA, 2009).

Os modelos político-econômicos brasileiros têm sido historicamente baseados na grande propriedade fundiária. Esses têm adquirido novas e diferentes dimensões ao longo da história, mas não mudam significativamente devido aos constantes pactos e rearranjos no poder e às alianças entre setores da classe dirigente urbana (setores industrial e financeiro) e a oligarquia rural.

Os camponeses foram historicamente deixados de fora desses pactos políticos, sendo-lhes negados aspectos básicos de cidadania e democracia. Consequentemente, suas lutas não estão restritas a demandas pelo acesso à terra, mas também são contra a exclusão política e marginalização social, portanto, são lutas eminentemente políticas por terra, cidadania e democracia (SAUER, 2010).

É neste sentido, que se aponta “a relevância da política, isto é, da arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas” (SANTOS, 2000, p. 14). Pois, “o componente cívico supõe a definição prévia de uma civilização [...] que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência (SANTOS, 2007, p. 17).

Nesta perspectiva, ao contrário do que é costume se dizer, o MST, assim como outros movimentos sociais rurais e urbanos, através de suas lutas, demandas, identidade social e formas de organização são mecanismos de construção de cidadania e democracia. De fato, alguns aspectos da legalidade são, na verdade, fortalecidos pelas ações do MST (MESZAROS, 2010). Neste sentido, o MST é um exemplo daquilo que Serge Moscovici definiu como “minorias ativas” (MOSCOVICI, 1981).

No que se refere à prática democrática no Brasil, como bem lembrou José Murilo de Carvalho, o surgimento do MST representou um avanço. Nas suas palavras:

De alcance nacional, o MST representa a incorporação à vida política de parcela importante da população, tradicionalmente excluída pela força do latifúndio. Milhares de trabalhadores rurais se organizaram e pressionam o governo em busca de terra para cultivar e financiamento de safras. Seus métodos, a invasão de terras públicas ou não cultivadas, tangenciam a ilegalidade, mas, tendo em vista a opressão secular de que foram vítimas e a extrema lentidão dos governos em resolver o problema agrário, podem ser considerados legítimos. O MST é o melhor exemplo de um grupo que, utilizando-se do direito de organização, força sua entrada na arena política,

---

<sup>7</sup> O conceito de *neoliberalismo* será visto a partir da concepção de Comblin, para o autor, o neoliberalismo pode ser considerado como teoria econômica, como utopia, como ética ou como filosofia do ser humano. Na realidade, é uma filosofia que se apresenta como teoria econômica, com todo o valor científico que o mundo atual costuma atribuir à economia. É uma utopia, mas que pretende estar fundamentada na ciência pura. Desta maneira pretende dar uma visão completa do ser humano, inclusive uma ética (COMBLIN, 2000).

contribuindo assim para a democratização do sistema (CARVALHO, 2011, p. 202-203).

A sociedade brasileira, no período posterior à redemocratização, passou a se organizar para garantir os direitos e os privilégios distribuídos pelo Estado, e não para o exercício da cidadania. Reivindica-se o direito de consumir, não de ser cidadão; o direito de compra, do consumo, “consegue silenciar ou prevenir entre os excluídos a militância política, o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se veem diminuídas” (CARVALHO, 2011, p. 228).

Como mostra Carvalho (2011), a prática política após a redemocratização tem revelado a força das grandes corporações de banqueiros, comerciantes, industriais, das centrais operárias, dos empregados públicos, todos lutando pela preservação de privilégios ou em busca de novos favores.

Disso resulta a ausência de ampla organização autônoma da sociedade, pois o que prevalece são os interesses corporativos; “a representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população. O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo” (CARVALHO, 2011, p. 223). Porém, é importante salientar que a organização da sociedade não é para ser contra o Estado em si, mas deve ser feita para combater o Estado clientelista, corporativo e colonizado.

Como bem comparou Carvalho (2011, p. 229), José Bonifácio afirmou em representação enviada à Assembleia Constituinte de 1823, que a escravidão era um câncer que corroía nossa vida cívica e impedia a construção da nação. A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática.

#### **4. O dia 8 de agosto de 1990 em Porto Alegre**

A cidade de Porto Alegre é capital de um estado com características bastante peculiares, definidas por seu processo de colonização. Com fronteira disputada palmo a palmo em guerras contra os espanhóis, os gaúchos acabaram desenvolvendo uma forte tradição militar que, associada a interesses econômicos e políticos contraditos, desembocou em lutas armadas, como nos casos da Guerra dos Farrapos e da Revolução Federalista de 1893. Esta última dividiu os gaúchos em castilhistas (chimangos) e federalistas (maragatos) e notabilizou-se pela violência, sendo a *degola* a forma preferida de execução (LERRER, 2005).

Esta memória histórica, como bem lembrou Lerrer (2005), determinou que a imagem da morte do soldado, causada por um corte no pescoço, se tornasse o núcleo de significações do evento, que assumiu a dimensão de uma verdadeira crise entre poderes. É



a ela que todos se referem e que todos se relacionam quando se fala do conflito do dia 8 de agosto de 1990. Mencioná-lo é lembrar o policial “degolado com foice”.

Segundo Lerrer (2005), esta morte, incomum em termos de luta pela terra, acarretou um processo de isolamento político do MST. De acordo com a autora, naqueles anos as forças contrárias à reforma agrária conseguiram aproveitar-se do choque provocado pelo episódio para elevar o brigadiano morto a mártir e atacar o MST, caracterizando-o como “assassino” e “radical”. Grande parte da facilidade com que se promoveu este isolamento do Movimento está associada ao fato de que o dia 8 de agosto encerrou em si a grande inversão de ocorrer a morte não de um *sem terra*, mas de um membro da instituição que tem o monopólio da violência estatal para garantir a “ordem”.

Este enunciado foi escolhido dentro de um sistema de referências já marcado por esta imagem e gravado na memória não só pelo número de vezes que foi repetido pelos meios de comunicação de massa, como pelas memórias presentes no imaginário coletivo gaúcho, que logo agregou uma batalha campal e a forma como o soldado morreu às milhares de degolas feitas em nome da política, durante a Revolução Federalista de 1893 (LERRER, 2005).

Segundo uma testemunha<sup>8</sup> que viu a morte do soldado do 3º andar de um prédio próximo ao local, descreveu que o soldado fora morto quando um dos colonos “defronte à vítima, a golpeou na altura da nuca, com faca ou facão”.

## 5. Mídia e construção social da realidade

A revista *Veja* foi investigada através da *análise de conteúdo*. A análise de conteúdo é uma técnica estabelecida para a análise da mídia nas Ciências Sociais. O enfoque desse estudo adota a definição dada por Holsti: “[...] a análise de conteúdo refere-se a qualquer técnica para fazer inferências através da identificação sistemática e objetiva de características de mensagens” (*Apud* JOVCHELOVITCH, 2000, p. 219). Seu objetivo é analisar o que é dito em uma dada unidade de comunicação.

Ainda em relação à análise de conteúdo, cabe fazer a seguinte distinção, que como aponta Jovchelovitch (2000, p. 219), é uma distinção importante a ser feita. A análise de conteúdo pode envolver tanto análise temática como textual. A *análise textual* implica examinar detalhadamente os conteúdos léxicos e as estruturas sintáticas, e usualmente toma a palavra como o elemento básico a ser analisado. A *análise temática* refere-se ao reconhecimento de certos temas, ou ideias, no texto e ao seu enquadre em determinadas categorias. Em nossa pesquisa, nos valeremos da análise temática (Cf. JOVCHELOVITCH, 2000, p. 219).

---

<sup>8</sup> Adriane Camargo *apud* LERRER, 2005, p. 74.

A luta simbólica está presente em qualquer luta política, que também, no caso da luta pela reforma agrária, é ao mesmo tempo teórica e prática “[...] pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 142).

A mídia produz documentos permanentemente, interfere nas vidas dos sujeitos históricos de forma decisiva, sobretudo na história recente, imediata. É preciso que os historiadores possuam referenciais teórico-metodológicos de análise eficientes para tratá-la. Sobretudo hoje, neste “mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2000, p. 17).

A imprensa tem sido grande alvo da produção histórica nos últimos anos, não apenas como objeto, mas também como fonte, visto que seu estatuto de documento válido para a pesquisa vem se reforçando. Nesse sentido, o presente trabalho pretende explorar a revista *Veja* como fonte e objeto do fazer histórico.

De acordo com John B. Thompson (2002, p. 19) “em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico”. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social.

A primeira revista da Editora Abril chegou às bancas de São Paulo em 1950. Seu fundador, Victor Civita, aportara ao Brasil quatro meses antes, e vinha ao país com o intuito exclusivo de criar aqui uma editora. Nascido nos Estados Unidos, filho de pais italianos, Civita não era como a maioria dos imigrantes que chegavam ao Brasil de mãos abanando. Com 42 anos, já havia trabalhado na administração de diversos tipos de negócio, em Nova York e Milão, e dispunha da quantia inicial de US\$ 500 mil para investir na editora que estava criando (PEREZ, 2008).

Carvalho (2004) ressalta que *Veja* foi inspirada na revista americana *Time*, criada como resultado da efervescência político-cultural de 1968. A tiragem inicial era de 700 mil exemplares. Em 1998, com mais de três décadas de existência, estava com uma tiragem aproximada de 1,15 milhões de exemplares (CARVALHO, 2004, p. 13).

## 6. A guerra simbólica

Neste artigo, o dia do “conflito da Praça da Matriz” é descrito a partir de depoimentos de testemunhas<sup>9</sup>, associando-os com o relato presente na revista *Veja*, procurando uma aproximação com a reportagem. Segundo Lerrer (2005), os depoimentos indicaram que o despejo da praça foi decidido por um oficial da brigada militar (o comandante do pelotão de

---

<sup>9</sup> Os mesmos encontram-se em: LERRER, 2005, p. 25-59.

choque, que agiu sozinho, sem ordem do governador do Estado nem mesmo do comandante de policiamento da capital), desencadeando a operação no meio das negociações em que parlamentares estavam representando o MST junto a três Secretários de Estado.

Depois da morte do soldado na Esquina Democrática, o conflito se estendeu para a sede do poder municipal, na Praça Montevidéo. Rapidamente cercada por um batalhão da Brigada Militar, a Prefeitura se tornou o palco de uma grave crise entre poderes. Comandantes dos brigadianos ameaçavam invadir o prédio e secretários de Estado foram chamados às pressas dada a recusa dos policiais em obedecer a ordem do governador e levantar o cerco. Enquanto isso, centenas de civis se dirigiram para o paço municipal fazendo um cordão em volta da Prefeitura, tentando impedir que ela fosse invadida. Foram, ao todo, 11 horas de cerco. A tensão continuou alta até a madrugada, quando houve um processo de reconhecimento dos colonos, cujas irregularidades foram denunciadas pelos advogados de defesa, e o agricultor Otávio Amaral foi apontado como principal autor do crime. A partir do que ocorreu naquele dia, foi instaurado um processo criminal que culminou no julgamento de seis agricultores, quatro deles tinham permanecido presos preventivamente por 1 ano e 7 meses, mesmo sendo réus primários.

Como mostra Lerrer (2005), a denúncia formulada pelo promotor Luiz Zionkowski e que se tornou a base de todas as versões oficiais presentes no processo foi claramente inspirada na versão dos meios de comunicação de massa, tendo por base inclusive uma nota oficial do governo estadual. O fato da versão oficial do processo judicial ser tão semelhante à maneira como os jornais contaram o episódio é muito comum no caso de processos criminais contra lideranças do MST que, em geral, se baseiam em matérias publicadas nos jornais.

De acordo com a autora, a pesquisa nos autos do processo demonstrou a precariedade da versão oficial, bem como do indiciamento dos seis agricultores julgados e condenados em junho de 1992. Outro aspecto evidenciado é a fragilidade da expressão que acabou por sintetizar o episódio: “a degola com foice”. As informações presentes nos autos também abriram a possibilidade de uma outra hipótese para a morte do policial, expondo a história de Elenir Nunes dos Santos, que fora baleada por ele na Esquina Democrática, mas condenada no julgamento. Recolhida à prisão em 1997, ela cumpriu parte da pena em um presídio em Porto Alegre e em seu domicílio, no assentamento, batizado ironicamente de “8 de Agosto”.

Apontado por sete testemunhas como o autor do golpe de foice que matou o soldado e indicado como o assassino por toda a imprensa, Otávio Amaral acabou sendo absolvido de autoria da morte por álibis jornalísticos: fotografia e imagens feitas no Pronto Socorro, muito próximos da hora em que o soldado fora assassinado. Entretanto, junto com os outros

colonos, foi condenado pelo quesito genérico que interrogava se ele teria contribuído *de qualquer modo* para a morte de Valdeci de Abreu Lopes. Como conclui Lerrer (2005), esta condenação bem como todo o transcurso do processo judicial foi resultante da cristalização de uma teia de meias-verdades que levaram à criminalização antecipada destes seis agricultores.

No laudo de necropsia do soldado Valdeci de Abreu Lopes, encontra-se a seguinte descrição do corte que causou sua morte: “na região cervical póstero-lateral esquerda, um centímetro abaixo da protuberância mastóidea, uma ferida profunda, de bordas regulares e afastadas, em forma de botoeira, com quatro por três centímetros de extensão” (*Apud* LERRER, 2005, p. 73-74). O laudo afirma que “esta ferida foi produzida por um instrumento de bordas cortantes, que agiu no corpo do paciente de trás para frente, de cima para baixo e da esquerda para a direita” (*Apud* LERRER, 2005, p. 74). Para a medicina legal quando uma ferida apresenta a forma de uma “botoeira, com predomínio da profundidade”, só pode ter sido produzida por um instrumento pérfuro-cortante, ou seja, um punhal, uma adaga ou uma faca (XAVIER FILHO *apud* LERRER, 2005, p. 74). Segundo Lerrer (2005), uma foice produz o que a medicina legal chama de ferida “corto-contusa”, que apresenta bordas mais ou menos regulares, lesões profundas e edemas periféricos. O laudo afirma que a morte do PM foi causada por um instrumento pérfuro-cortante e a foice é considerada um instrumento corto-contundente. Este instrumento atingiu a artéria carótida causando a morte quase instantânea do soldado.

De acordo com Lerrer (2005), é difícil precisar quando a foice foi se impondo na descrição do episódio. O fato é que diversas testemunhas afirmaram em seus depoimentos terem visto a foice, ou um “gadanho”, como a arma do crime. Como o PM foi vítima de um tumulto, é possível que um outro colono também tenha lhe atacado com uma foice.

O texto da revista *Veja* apresenta uma coerência lógica, pois trabalha no sentido de construir um imaginário simbólico profundamente negativo em relação ao MST, com o objetivo de criar uma aversão ao maior número possível de pessoas. Acontece aquilo que Guareschi define como “guerra simbólica” (GUARESCHI et al, 2000b, p. 201). Como demonstrou Silva, “a ação da revista é múltipla: formula um programa, organiza e gerencia, agindo pedagogicamente em torno dele” (SILVA, 2009, p. 19).

Como ressalta Lerrer (2005) a *degola* foi uma das muitas, talvez a principal meia-verdade cristalizada sobre o episódio.

Pontudas e afiadas, empunhadas por homens de braços musculosos e botinas cobertas de terra, centenas de foices fizeram sua mais trágica aparição nos conflitos sociais do país, na quarta-feira da semana passada, na Praça da Matriz, bem no centro de Porto Alegre (VEJA, edição 1143, p. 34, 15 ago. 1990).

Ao cruzar com automóvel Gol da polícia, uma dezena de agricultores atingiu o carro na lataria – com as foices. O soldado Valdeci de Abreu Lopes, 27

anos, estava no volante e resolveu descer, empunhando o revólver numa das mãos e o cassetete na outra. Mal pôde caminhar. Foi cercado por um bando de agricultores, que o agarraram por trás e o imobilizaram – o soldado Valdeci teve tempo, apenas, para apertar o gatinho duas vezes, com a arma apontada para o chão. Nesse momento, a foice de um homem que, segundo sete testemunhas, é Otávio Amaral, tem 26 anos, uma mulher professora primária e um pequeno pedaço de terra no interior do Estado enterrou a foice no pescoço de Valdeci, cortando-o na artéria jugular. Degolado, o soldado cambaleou alguns passos, disparou um tiro a esmo e caiu no asfalto, onde os assassinos o deixaram agonizar até ser recolhido por um comerciante das proximidades (VEJA, edição 1143, p. 34-35, 15 ago. 1990).

Portanto, segundo Lerrer (2005), a escolha do termo *degola* foi determinada por uma “história de significados” construída socialmente, ou seja, não foi fruto do acaso, nem de um fato. Para a medicina legal, um corte de quatro a três centímetros de extensão não seria considerado degola, classificada nesta disciplina como esgorjamento. O termo, no Rio Grande do Sul, se associa automaticamente à prática de execução de prisioneiros que caracterizou a brutalidade da revolução de 1893, uma guerra civil que durou 31 meses e fez dez mil vítimas, 10% delas mortas por degolamento. Em geral o carrasco erguia o queixo da vítima, posta de joelhos, e dava-lhe um golpe horizontalmente, da esquerda para a direita, à altura da laringe, apanhando a carótida. Esse modo de execução dos gaúchos ficou conhecido como “corbata colorada” e foi disseminado por eles na guerra de Canudos. Há também relatos de exímios “degoladores” que simplesmente enfiavam a faca direto na carótida, causando a morte praticamente instantânea da vítima (LERRER, 2005).

Segundo a repórter da revista *Veja*, Thaís Furtado, todos sabiam que a cabeça do soldado não havia sido decepada. Embora derrubada pela medicina legal, a descrição da morte do soldado Valdeci de Abreu Lopes nunca foi reestabelecida. Evidente que este assassinato não fica atenuado por não ter sido propriamente uma degola provocada por uma foice. Mas sua morte não foi compreendida em toda a sua extensão, visto que alguns relatos dão conta de que ela foi fruto da auto-defesa, já que pelo menos dois *sem terras* saíram feridos à bala daquele tumulto. Os colonos feridos por Valdeci rapidamente foram apagados. Aparentemente sequer existiram.

Como lembra Lerrer (2005, p. 82), “nos autos do processo verifica-se que além de Elenir Nunes, que foi baleada no abdômen, existiam três colonos feridos à bala na perna: Olavo Câmera, Edgar Foss e Aldir Zarpelon”. Segundo a autora, há indícios nos autos de que dois deles foram vítimas do soldado Valdeci.

## 7. Conclusão

Este trabalho teve por objetivo abordar a questão agrária e sua luta social desencadeada pela reforma da estrutura da propriedade da terra como uma ação simbólica e não somente como luta política econômica e social.

Pode-se perceber que uma ação simbólica é tanto comunicativa quanto conceitual. Como já definira Adam Schaff falando da possibilidade do conhecimento objetivo em história, os fatos por si mesmos não dizem nada, não impõem nenhum significado.

Quem o descreve é que impõe nele um significado. Assim, para tornar-se significante como fato histórico, um acontecimento deve ser integrado na trama complexa de circunstâncias que o construíram: “não é o fato que é parcial [...], somos nós que temos interesse em expor um único aspecto do problema” (SCHAFF, 1978, p. 216).

## Referências

- BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, Vanderlei Souza. Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- COMBLIN, José. O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. A identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DUVEEN, Gerard. [Introdução] O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em Psicologia Social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. Marcha ao coração do latifúndio. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GUARESCHI, Pedrinho et al. “Essa gentalha infeliz”: a representação social do MST segundo Mendelski. In: GUARESCHI, Pedrinho (Org.). Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000b.

- GUARESCHI, Pedrinho. Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho (Org.). Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LERRER, Débora Franco. De como a mídia fabrica e impõe uma imagem: “a degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- MESZAROS, George. O MST e o Estado de Direito no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. Psicologia de las minorías activas. Madrid: Morata, 1981.
- MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em Psicologia Social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC. In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. v. 2. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.
- PEREZ, Bruno Mandelli. A Abril e a Naspers: um estudo de caso da entrada do capital estrangeiro na mídia brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAUER, Sérgio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- SILVA, Carla Luciana. Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Cascavel: Edunioeste, 2009.
- THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VEJA. São Paulo: Abril, edição 1143, a. 23, n. 32, p. 34-39, 15 ago. 1990.